



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃOJOÃO DEL REI
CAMPUS TANCREDO DE ALMEIDA NEVES - CTAN
CURSO BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

Thácila Oscarino de Souza

Genocídio entre Tutsis e Hutus em Ruanda (África): breve estudo

São João Del Rei /MG
2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
CAMPUS TANCREDO DE ALMEIDA NEVES - CTAN
CURSO BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

Thácila Oscarino de Souza

Genocídio entre Tutsis e Hutus em Ruanda (África): breve estudo

Orientador: Professor Marcio Roberto Toledo

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como pré-requisito para
obtenção do Grau de Bacharel em
Geografia.

São João Del Rei / MG
2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
CAMPUS TANCREDO DE ALMEIDA NEVES - CTAN
CURSO BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

Thácila Oscarino de Souza

Genocídio entre Tutsis e Hutus em Ruanda (África): breve estudo

Orientador: Professor Marcio Roberto Toledo

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como pré-requisito para
obtenção do Grau de Bacharel em
Geografia.

Aprovado em ___/___/___

São João Del Rei / MG
2017

Ao meu pai João Carlos e à minha mãe
Elma por todo incentivo, para que esse
trabalho fosse possível.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado saúde e forças para superar as dificuldades.

Agradeço meu pai, João Carlos, minha mãe, Elma, minha irmã, Thamiris, e minha avó, Geralda que sempre me apoiaram e me deram forças para que eu chegasse até o final.

Muito obrigada ao meu namorado, Maykon, que me ajudou e apoiou bastante no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço meu orientador, Márcio por ter me guiado e me dado suporte durante a montagem e correções.

Por fim, um muito obrigada para quem direta ou indiretamente, fez parte da minha formação acadêmica.

RESUMO

Ruanda é uma região que foi inicialmente habitada por pigmeus, povo que deu origem aos Twa, etnia que representava apenas 1% da população, marginalizada e privada dos direitos de cidadania. Muito depois ali se instalaram os Hutus, povo banto, vindos do sul e do oeste da região e em seguida os Tutsis, povo nilótico, vindos do norte e do leste, sendo minoria e pertencentes à classe alta. Os Tutsis, manipulados pela colonização belga, reprimiam a população menos favorecida financeiramente, a qual era, em sua maioria, Hutus. Em 1959, os Hutus derrubaram a monarquia Tutsi e dezenas de milhares de tutsis fugiram para países vizinhos. De lá até a década de 1990, os conflitos se acirraram e as identidades se aprofundaram de tal modo que a maleabilidade original não mais existia. Um grupo de exilados tutsis formou um grupo rebelde, a Frente Patriótica Ruandesa (RPF), que invadiu Ruanda em 1990 e lutou continuamente até que um acordo de paz foi estabelecido em 1993. A partir daí os acontecimentos históricos multiplicam-se em um desenrolar de conflitos, desencadeando em 1994 num grande genocídio, marcando a história da África. A pesquisa teve caráter bibliográfico, descritivo e documental. O objetivo deste estudo foi analisar as causas da guerra civil em Ruanda, apresentando a trajetória da história do país, desde o processo de colonização, até as consequências do genocídio para a população ruandesa. Destaca-se em demonstrar no final deste estudo, como o país conseguiu se reestruturar, abordando suas transformações geográficas e econômicas, 23 anos após o conflito.

Palavras-chave: Ruanda. Tutsis. Hutus. Genocídio. ONU.

SUMÁRIO

I) Introdução.....	01
I.1) Objetivos e justificativa	01
II) Metodologia	03
II.1) Recursos utilizados	03
II.2) Procedimentos	03
III) Levantamento teórico	05
III.1) Ruanda: sociedade e posição geográfica	05
III.2) Processo de colonização de Ruanda e os antecedentes da guerra civil	09
III.3) Conceito de genocídio	11
III.4) Morticínio em Ruanda: cronologia dos fatos	13
III.5) Pós-genocídio	22
III.5.1 Atuação da organização das nações unidas (ONU) nos conflitos	22
III.5.2 Posicionamento da ONU frente ao genocídio em Ruanda	23
III.5.3) Pós-conflito e suas consequências para o país	25
III.5.4) Reconstrução de Ruanda 22 anos pós-genocídio	27
IV) Resultados e discussão	29
V) Considerações finais	32
VI) Referências bibliográficas	33

LISTAS DE FIGURAS

Figura I: Ruanda – mapa fronteira	05
Figura II: África no Planeta Terra	06
Figura III: Ruanda – mapa político.....	06
Figura IV: Grupos étnicos de Ruanda	07
Figura V: Jovem Hutu	08
Figura VI: Jovem Tutsi.....	08
Figura VII: Cartão de Identificação de Tutsis.....	10
Figura VIII: Processo emigratório dos tutsis para Burundi.....	13
Figura IX: Hutus durante os ataques aos tutsis.....	15
Figura X: Facões domésticos viraram armas de eliminação durante o genocídio	16
Figura XI: Genocídio	17
Figura XII: Imagens do massacre	18
Figura XIII - Corpo de uma tutsi sendo jogado numa vala comum.....	19
Figura XIV: Corpos abandonados pelas ruas de Ruanda	19
Figura XV: Igrejas serviram de depósitos de corpos humanos oriundos do genocídio.....	20
Figura XVI: Mortos no genocídio em Ruanda.....	20
Figura XVII: Memorial às vítimas do genocídio.....	21
Figura XVIII: Memorial do genocídio no Ruanda.....	21
Figura XIX: Novo acordo prevê que, até dezembro de 2016, deverá ser normalizada a situação dos ruandeses refugiados que desejarem o repatriamento.....	27
Quadro 1: Apresentação dos principais periódicos sobre o genocídio em Ruanda, no ano de 1994.....	29

I) INTRODUÇÃO

Ruanda é um pequeno país localizado na África centro-oriental, com uma população de aproximadamente onze milhões de habitantes. É um país com uma diversidade muito grande no que tange à religião, pois é possível encontrar católicos, protestantes, cristãos, muçulmanos e até ateus divididos entre as etnias (BATISTA, 2015, p. 4).

Em Ruanda, havia dois grupos étnicos, hutus (que corresponde a 90% da população) e tutsis (apenas 9%). Este segundo grupo, apesar de ser minoria, governou o país por muitos anos, colocando os hutus sobre seu domínio, e excluindo a maioria hutu do processo socioeconômico. Em 1959, os hutus se revoltaram de sua condição, assumindo o poder em 1961, dando início a perseguições aos tutsis.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) ficou responsável pela administração do país africano, que conseguiu sua independência em 01 de julho de 1962.

Em 06 de abril de 1994, com o atentado¹ e morte dos presidentes de Ruanda e Burundi, iniciou-se o maior genocídio da história do país, em cem dias, num massacre de 800 mil pessoas, sendo que 90% das vítimas eram de origem tutsi.

Jefremovas (2004) citado por Batista (2015) afirma que o que culminou à tentativa de extermínio da etnia Tutsi foram fatores socioeconômicos como a pobreza, crescimento populacional, menor disponibilidade de terras e políticas regionais. “A situação desesperadora em que as pessoas se encontravam as tornaram mais vulneráveis à manipulação política do governo, dos extremistas e da mídia, para que se levantassem contra o grupo Tutsi.” (JEFREMOVAS, 2004, p. 29).

I.1) Objetivos e Justificativa

O objetivo da presente pesquisa foi analisar as causas da guerra civil em Ruanda, apresentando a trajetória da história do país, desde o processo de

¹Em 6 de abril de 1994: os dois presidentes, de Ruanda – Habyarimana, e do Burundi – Ntaryamira retornavam juntos de avião das negociações a respeito da tomada de providências para a efetivação do Acordo de Arusha, onde sofreram um acidente aéreo, onde todos a bordo morreram. Foi caracterizado como um atentado premeditado, provavelmente por civis hutus, marcando o início do genocídio em Ruanda, em poucas horas após o ocorrido (SOUZA, MENDES, VIEIRA FILHO, 2010).

colonização, até as consequências do genocídio para a população ruandesa, que atualmente permanece com graves problemas socioeconômicos, apesar da reconstrução lenta e gradativa do país.

Com esta pesquisa pretende-se entender e apresentar as condições que levaram ao massacre, levando em conta que, apesar das intervenções humanitárias, o genocídio foi desencadeado pela falta de posicionamento da ONU e da comunidade internacional. Além disso, compreender como o país está atualmente, além de abordar as transformações geográficas e econômicas de Ruanda, 23 anos após o conflito.

II) METODOLOGIA

II.1) Recursos utilizados

Para este estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, descritiva e documental. Nesta última, foram resgatadas imagens publicadas em materiais científicos, como banco de dados e livros relacionados ao contexto histórico.

Para a pesquisa bibliográfica e descritiva, foram utilizadas as informações em banco de dados virtuais sobre o tema, utilizando os seguintes descritores: Relações Internacionais. Ruanda. Tutsis. Hutus. Migrações. Genocídio. ONU.

II.2) Procedimentos

Este Trabalho de Conclusão de Curso baseia-se em um estudo bibliográfico, descritivo e documental.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para Amaral (2007), é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as demais etapas da pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa.

Para Andrade (2010), a pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva, tem como objetivo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas características está em utilizar técnicas padronizadas de coleta de dados, por exemplo, o questionário e a observação sistemática (pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição, entre outros).

Figueiredo (2007), citado por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) conceitua que a pesquisa documental tem o documento como objeto de investigação, e que o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos, sendo que, o documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como

filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador.

Neste trabalho, a pesquisa documental foi realizada através de consultas em livros e históricos, em documentos publicados em periódicos eletrônicos, além de periódicos disponibilizados em bibliotecas. Jornais e revistas que tenham as publicações relacionadas ao tema do estudo foram anexadas ao trabalho, com os respectivos referenciais.

Para Gil (2008), a pesquisa documental aproxima-se da bibliográfica, porém a diferença está na natureza das fontes de informações, pois advém de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições entre outros, existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

III) LEVANTAMENTO TEÓRICO

III.1) Ruanda: sociedade e posição geográfica

Ruanda está localizada no continente africano, cercada de montanhas e sem saída para o mar. Faz fronteira com Burundi (ao Sul), República Democrática do Congo (a Oeste), Uganda (ao Norte) e Tanzânia (a Leste). (Figura I).

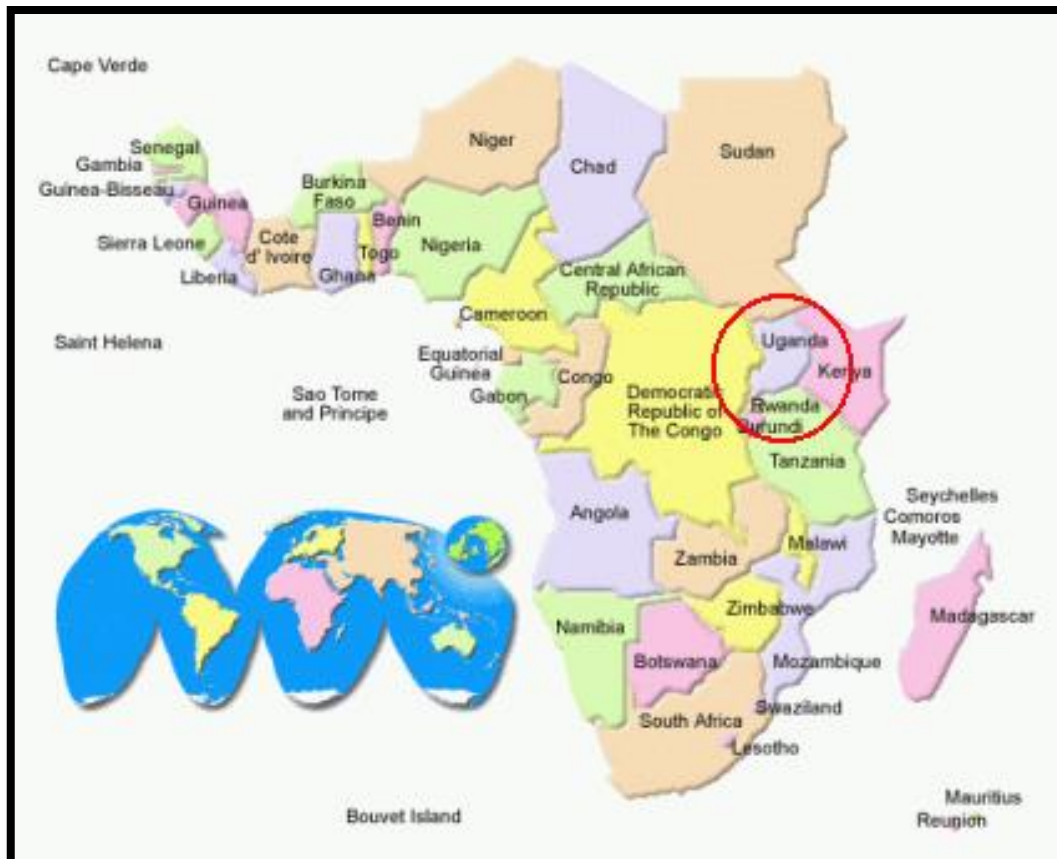


Figura I: Ruanda – Localização.

Fonte: <<http://m.milkpoint.com.br/mn/girolacteo/fotos/nm2204021.gif>>.

Mendonça (2013) explica que Ruanda é um país montanhoso, de pouco mais de 26.000 km², encravado na região dos Grandes Lagos da África Centro-Oriental. (Figura II). Está geograficamente dividido em colinas, fazendo fronteira com Uganda, Burundi, República Democrática do Congo e Tanzânia. (Figura III). Em decorrência da altitude (em algumas regiões chega a 3.000 m), o clima é temperado, com regime de chuvas moderado, o que, em grande medida, livra o país da infestação por malária e pela mosca tsé–tsé, que constituem grandes problemas para a maioria das

nações africanas localizadas na zona equatorial. A principal atividade econômica é a agricultura.



Figura II: África no Planeta Terra.

Fonte: <<http://www.africa-turismo.com/mapas/globo.htm>>.



Figura III: Ruanda – mapa político.

Fonte: <www.lahistoriaconmapas.com>.

De acordo com Batista (2015), a população de Ruanda é majoritariamente jovem, com idades entre quatorze e vinte cinco anos. A economia de Ruanda é sustentada 90% pela agricultura e atividade mineradora para fins turísticos. É um país com uma diversidade muito grande no que tange à religião, pois é possível encontrar católicos, protestantes, cristãos, muçulmanos e até ateus divididos entre as etnias.

Segundo Maggie (2014), a história pré-colonial de Ruanda é que a região foi inicialmente habitada por pigmeus, povo que deu origem aos Twa, etnia que representava apenas 1% da população, marginalizada e privada dos direitos de cidadania. Muito depois ali se instalaram os Tutsis e os Hutus. Sustenta-se que os hutus, povo banto, estabeleceram-se primeiro, vindos do Sul e do Oeste da região. Os tutsis, povo nilótico, vieram do Norte e do Leste(Figura IV). Com o tempo, hutus e tutsis passaram a dividir o mesmo território nas mesmas montanhas, em pequenas aldeias, e compartilharam a mesma cultura política e social. Os hutus eram preferencialmente lavradores e os tutsis criadores de gado e pastores, embora houvesse tutsis lavrando a terra e hutus criando gado.

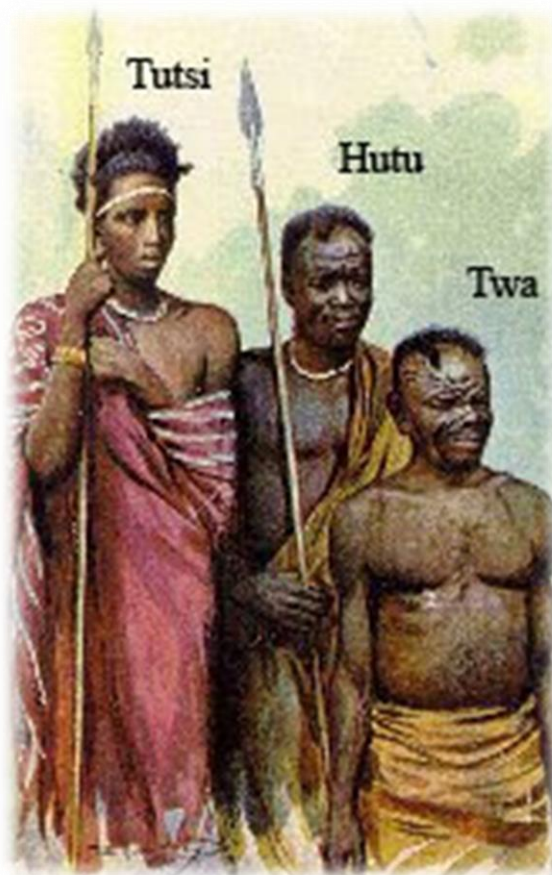


Figura IV: Grupos étnicos de Ruanda

Fonte: <<http://focosdeconflitos.blogspot.com.br/2009/07/conflitos-etnicos-em-ruanda-hutus-x.html>>.

Mendonça (2013) destaca que a maioria da população fala a mesma língua, frequenta os mesmos lugares e casa-se entre si. Cerca de $\frac{1}{4}$ dos ruandeses têm bisavôs hutus e tutsis. Para Gourevitch (2006, p. 45):

Com o tempo, hutus e tutsis passaram a falar a mesma língua, seguir a mesma religião, casar-se entre si e viver misturados, sem distinções territoriais, nas mesmas montanhas, compartilhando a mesma cultura política e social [...] Por causa de toda essa miscigenação, os etnógrafos e historiadores chegaram à conclusão de que os hutus e os tutsis não podem propriamente ser considerados grupos étnicos distintos.

As Figuras V e VI destacam os dois grupos étnicos: hutus (90% da população) e tutsis (apenas 9%), respectivamente:



Figura V: JovemHutu **Figura VI:** JovemTutsi
Fonte: <likethewheels.wordpress.com>.

Fonte: <www.somalinet.com>.

Os dois grupos étnicos conviviam entre si, apesar das diferenças, corroborando com a assertiva de Lunardon (2010), ao afirmar que é refutada ideia de que a África foi povoada por milhares e milhares de tribos quase que incomunicáveis entre si que combatiam frequentemente para sua sobrevivência. Mesmo que as migrações tenham causado choques entre aquelas populações primárias, a interação e o movimento entre as tribos existia, o que permitia a troca de informações e de fatores culturais.

Mendonça (2013, p. 315) retrata como viviam os hutus e tutsis em sociedade:

A palavra tutsi se tornou sinônimo de elite econômica e política. A riqueza dos tutsis era fundada na posse de rebanhos zebus, e as vacas eram consideradas sagradas e intocáveis, não podendo ser abatidas. Os tutsis se alimentavam do leite e do sangue das vacas, e todo o trabalho era feito por homens. A vaca representava, portanto, riqueza e poder, e o maior rebanho

pertencia ao mwami. Os agricultores hutus, por sua vez, eram submetidos aos tutsis, entregando-lhes como tributo parte da colheita, em troca de proteção e do direito de uso de uma vaca. Quanto aos twas, estes nunca passaram de 1% da população, e sempre constituíram um grupo marginalizado, sem quaisquer direitos.

Moreira (2012, p. 61) discorre que naquele território, a partir de um determinado momento, passaram a coexistir grupos étnicos distintos. Estão em convívio culturas, visões de mundo e atividades diferentes. A heterogeneidade dos agrupamentos humanos no mesmo espaço acabara por materializar formas espaciais distintas e gerara uma forma de controle político. Um grupo com maior propensão à dominação, e outro mais subserviente, explica a então supremacia dos tutsi, mesmo sendo estes numericamente menos populosos.

Mendonça (2013) destaca que a acentuação desta divisão teria ocorrido depois de 1860, quando o rei, mwami Rwabugiri (tutsi) subiu ao trono e deu início a campanhas políticas e militares com o objetivo de expandir e consolidar seu domínio por todo o território. Tendo em vista o caráter sagrado do mwami, Rwabugiri conseguiu moldar a sociedade à sua própria imagem, isto é, os tutsis foram favorecidos com altos cargos civis e militares e passaram a gozar de maior poder econômico, subordinando os hutus como seus vassalos. Porém, a identificação social continuou a ser determinada por fatores tais como origem do clã, religião, clientela etc., permitindo certa permeabilidade entre tutsis e hutus.

III.2) Processo de colonização de Ruanda e os antecedentes da guerra civil

No contexto de tratados bilaterais em 1890, Alemanha e Inglaterra firmaram o tratado conhecido como “Zanzibar–Heligolândia”. Neste, ficou acordado, entre outras deliberações, que a “África Oriental Alemã” tivesse quase o tamanho da Tanzânia acrescido de Ruanda e Burundi. O governo alemão não se envolveu diretamente em Ruanda, deixando que a autoridade indígena administrasse a colônia. Após a 1ª Guerra Mundial e com a Alemanha derrotada, o protetorado de Ruanda foi entregue a Bélgica, por determinação da Liga das Nações.

Maggie (2014) destaca que, ao fim da Primeira Guerra, quando a Liga das Nações transferiu Ruanda para a Bélgica, os tutsis e hutus já formavam identidades mais consolidadas: os tutsis, minoria, já dominavam os cargos e posições de estado

e os hutus eram os vassallos. Foi em cima dessa dualidade que a empresa colonial belga se estabeleceu.

Nolli e Armada (2013) destacam que no momento em que o povo belga chega à região para a colonização em 1916, foram concedidas identificações, classificando cada indivíduo de acordo com a sua determinada etnia. Como os Tutsis detinham de certos privilégios, estes puderam desfrutar de melhores oportunidades de empregos e de uma melhor educação do que foi ofertada aos Hutus.

Segundo o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, CEUAP (2009) os cartões de identidade foram instituídos em 1933 pela Bélgica, que os introduziu precisamente para criar uma divisão social artificial, por forma a manter o controle da elite Tutsi, através da qual governava a colônia. Durante vários anos tentaram justificar racialmente a diferenciação destes grupos, mas, não tendo conseguido, acabaram por se basear na diferenciação econômica passando a definir por "Tutsi" qualquer proprietário de dez ou mais cabeças de gado (Figura VII). Desta forma institui-se a segregação, mas também a impossibilidade de mobilidade social, onde a grande maioria da população, Hutu, perdeu assim direitos de cidadania e representatividade política e social.

Batista (2015) retrata que essa consciência de que uma etnia era melhor ou mais superior a outra é visivelmente identificada como herança da era colonial. Ou seja, considerados superiores pelos europeus, os Tutsis foram escolhidos por eles para que fossem seus colaboradores na administração colonial de Ruanda, e com isso se tornaram mais ricos e dominantes sobre as outras etnias. Por esses fatores, os hutus se sentiam oprimidos e acreditavam ter um status social inferior.



Figura VII: Cartão de Identificação de Tutsis.

Fonte: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/04/saiba-mais-sobre-o-massacre-em-ruanda-de-1994>>.

A Bélgica não negava esforços para manter um domínio direto e duro, fazendo uso da Igreja Católica, a qual manipulava a mente dos tutsis de classe alta, para que eles reprimissem a população menos favorecida financeiramente, a qual era, em sua maioria, hutus. A cobrança de impostos exacerbada, assim como o trabalho escravo, foi, ao longo dos tempos, criando diferenças socioeconômicas, assim como, sentimentos de raiva e rancor nos menos beneficiados (NOLLI; ARMADA, 2013, p. 699).

Moreira (2012) afirma que o domínio belga apoiou-se na Igreja Católica, difundindo o cristianismo somente entre os membros da etnia tutsi, manipulando a classe alta desta e reprimindo o restante da população, majoritariamente de origem hutu, submetendo-os a trabalhos forçados e cobrando altos impostos, criando dessa forma, um profundo fosso social entre os diferentes contingentes populacionais.

Segundo Nolli e Armada (2013), nesse momento, começa a nascer um sentimento de raiva no grupo menos favorecido, que em 1959 indigna-se com a situação vivida. As combinações de ressentimentos com o episódio vivido são o estopim para uma série de revoltas e no genocídio de 20 mil Tutsis, e faz que com ocorra uma diáspora para países vizinhos, como Uganda, Tanzânia e Burundi.

III.3) Conceito de Genocídio

O termo "genocídio" não existia antes de 1944; ele foi criado como um conceito específico para designar crimes que têm como objetivo a eliminação da existência física de grupos nacionais, raciais, e/ou religiosos. Em 1944, Raphael Lemkin (1900-1959), um advogado judeu polonês, ao tentar encontrar palavras para descrever as políticas nazistas de assassinato sistemático, incluindo a destruição dos judeus europeus, criou a palavra "genocídio" combinando a palavra grega *geno-*, que significa *raça* ou tribo, com a palavra latina *-cídio*, que quer dizer matar. Com este termo, Lemkin definiu o genocídio como "um plano coordenado, com ações de vários tipos, que objetiva à destruição dos alicerces fundamentais da vida de grupos nacionais com o objetivo de aniquilá-los" (USHMM, 2016).

Após a guerra, Lemkin tornou-se um lobista incansável para que a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborasse uma convenção contra o genocídio, que formasse a base legal para futuras intervenções militares. O jurista era especialmente preocupado em impedir que a soberania pudesse ser utilizada

por um Estado como pretexto para perpetrar genocídio contra suas minorias populacionais (SANTORO, 2005, p. 494).

Por genocídio, citado por Vergne et al. (2015, p. 517), pela definição da ONU (1948), em seu Artigo 2º, entende-se quaisquer dos atos abaixo relacionados, cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, tais como: (a) assassinato de membros do grupo; (b) causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) impor deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial; (d) impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo; (e) transferir à força crianças de um grupo para outro.

Um genocídio não é um acontecimento isolado. A sua história tende a ligar o passado, o presente e o futuro numa linha de causas e consequências que ultrapassam largamente os limites geográficos e temporais da eliminação física das vítimas (PINTO, 2011, p. 45). Vergne et al. (2015) analisa que o genocídio é uma forma de violência complexa; o efeito de um conjunto de práticas cotidianas baseado no desejo de eliminação, ou de afastamento do outro e por isso, consentindo, mesmo que silenciosamente, a sua eliminação. Embora a explicação do genocídio não possa ser reduzida ao desejo de destruição do outro, não pode operar sem ele.

Conforme Freeland (2005), o Crime de Genocídio está definido no Artigo 6º do Estatuto de Roma. Além disso, espelha a definição contida na Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, de 1948 (Convenção contra o Genocídio), bem como nos estatutos do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia [ICTY, na sigla em inglês] e do Tribunal Internacional para Ruanda [ICTR, na sigla em inglês]. O genocídio tem sido identificado como o "crime dos crimes", e requer um patamar de intenção muito elevado para que se justifique uma condenação, uma "intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo étnico, racial ou religioso".

O Tribunal Penal Internacional foi criado para enfrentar "crimes de maior gravidade, que afetam a comunidade internacional em seu conjunto". O Estatuto de Roma entrou em vigor em 1º de julho de 2002, após a 60ª ratificação do tratado e, no momento em que se redige este artigo, há 97 signatários. O TPI tem jurisdição sobre os seguintes crimes cometidos após 1º de julho de 2002: a) Crime de Genocídio; b) Crimes contra a Humanidade; c) Crimes de Guerra; d) Crime de Agressão (ainda a ser definido) (FREELAND, 2005, p. 131).

Ao contrário do que normalmente se possa imaginar, o genocídio não é definido a partir da aniquilação de toda uma população, como no nazismo. Sua marca característica é a tentativa de eliminar as características de uma nacionalidade, não necessariamente pelo assassinato, mas também pela ação cultural (SANTORO, 2005, p. 495).

III.4) Morticínio em Ruanda: cronologia dos fatos

Conforme mencionado anteriormente, ao longo da era colonial, a minoria tutsi, aos quais foram dados privilégios e educação (14%) foi favorecida em detrimento dos hutus (85%), sendo estes oprimidos. Em 1959, os hutus se rebelaram contra os belgas e a elite tutsi, forçando 150 mil tutsis a migrarem para o Burundi (EBC, 2014) (Figura VIII).



Figura VIII: Processo emigratório dos tutsis para Burundi.

Fonte: EBC (2014).

Em 1959, os hutus derrubaram a monarquia tutsi e dezenas de milhares de tutsis fugiram para países vizinhos, incluindo a Uganda (BBC BRASIL, 2014). Conforme a EBC (2014), a partir daí os acontecimentos históricos multiplicam-se em um desenrolar de conflitos – a chamada revolução – que deu de 1959 a 1961, representando o fim da dominação tutsi e o aprofundamento das tensões étnicas.

Segundo Souza, Mendes e Vieira Filho (2010), em 1961, Ruanda obteve autonomia a partir de um plebiscito que teve supervisão da Organização das Nações Unidas – ONU, vindo a se tornar independente em 1962. Com a descolonização de Ruanda, a elite política hutu substituiu os belgas. Um novo presidente, Gregoire Kayibanda, subiu ao poder, em uma competição política violenta, causando centenas de mortes de tutsis, o que levou a causar milhares de refugiados, cerca de vinte mil para Uganda, Burundi e Tanzânia.

Em 1973, Juvenal Habyarimana, ministro da defesa do governo de Grégoire Kayibana, fez com que este governo caísse, chegando ao poder. Com isso, a sociedade passou a ser estratificada com a “formalização do sistema de quotas étnicas para empregos e oportunidades educacionais”. Ademais, o novo presidente favoreceu uma minoria de hutus habitantes do Norte, o que acirrou mais ainda as diferenças entre as duas etnias (SOUZA; MENDES; VIEIRA FILHO, 2010).

De lá até a década de 1990 os conflitos se acirraram e as identidades se aprofundaram de tal modo que a maleabilidade original não mais existia (MAGGIE, 2014). Em 1987, um grupo de exilados tutsis em Uganda formou um grupo rebelde, a Frente Patriótica Ruandesa (RPF)(BBC Brasil, 2014) e, segundo EBC (2014) invadiu Ruanda em 1º de outubro 1990, com um batalhão de 7 mil combatentes. Por causa dos ataques e com auxílio de propaganda governamental, todos os tutsis dentro do país foram rotulados cúmplices da RPF, e os membros hutus dos partidos de oposição foram rotulados como traidores.

A partir do ataque da FPR a Ruanda em 1990, iniciou-se uma guerra civil da qual o saldo foi de inúmeras mortes (Figura IX). Com isso, a França, a Bélgica e o Zaire enviaram tropas para Kigali, a capital, oficialmente para proteger seus nacionais. Este último país deixou claro que as tropas deveriam prestar ajuda ao exército ruandês. A FPR foi vencida e, com isso começou a se organizar como um movimento de guerrilhas. O governo passou a ser o autor de vários massacres da população civil tutsi, provocando assim, represálias da FPR (SOUZA; MENDES; VIEIRA FILHO, 2010).



Figura IX: Hutus durante os ataques aos tutsis.

Fonte: <<http://www.nucleori.com/#!/Genoc%C3%ADdio-em-Ruanda-%E2%80%93-O-Massacre-Negligenciado/rhe5n/573e40880cf293e8d8d793b4>>.

Em 4 de agosto de 1993, após três anos de negociações, os adversários à guerra civil ruandesa assinaram um acordo de Paz na cidade tanzaniana de Arusha - Acordo de Arusha -, pondo assim um fim à guerra civil que iniciara em de agosto de 1990. Desse modo, foi instalado um governo de transição, no qual a FPR teve participação, embora houvesse uma acirrada oposição de hutus extremistas. O acordo permitiu o regresso dos refugiados e uma coalizão de governo hutu-RPF (SOUZA; MENDES; VIEIRA FILHO, 2010; EBC, 2014).

O Conselho de Segurança da ONU, mediante a resolução S/RES/872 (1993), estabeleceu a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), sob o comando do general Romeo Dallaire, para supervisionar a implementação do Acordo de Arusha. Cerca de 2.500 militares da ONU foram mobilizados para Kigali (EBC, 2014).

Segundo Souza, Mendes e Vieira Filho (2010), em 1994, quando os dois presidentes, de Ruanda – Habyarimana e do Burundi – Ntaryamira retornavam juntos de avião das negociações a respeito da tomada de providências para a efetivação do Acordo de Arusha, sofreram acidente aéreo, onde todos a bordo morreram. De acordo com Nollie e Armada (2013), foi um acidente premeditado por agentes desconhecidos, que, no entanto, acredita-se que tenha sido executado por civis hutus e é considerado o marco do início do genocídio em Ruanda.

Rodrigues (2000, p. 134) citado por Souza, Mendes e Vieira Filho (2014) destaca o saldo de mortos e refugiados após o massacre em Ruanda:

As mortes dos Chefes de Estado de Ruanda e Burundi em 6 de abril de 1994, em um acidente aparentemente provocado, desencadearia uma onda de assassinatos de motivação étnica, política e indiretamente econômica, em que morreriam mais de oitocentos mil pessoas, enquanto três milhões se deslocariam internamente ou para países vizinhos. De uma população Tutsi ruandesa cerca de um milhão, sobreviveram menos de duzentos mil.

Na noite de 6 de abril, as Forças Armadas de Ruanda e da milícia "Interahamwe" montaram bloqueios nas estradas e começaram a ir de casa em casa matando tutsis e políticos hutus moderados. A primeira-ministra, Agathe Uwilingiyimana, e 10 agentes belgas designados para protegê-la foram brutalmente assassinados por soldados do governo de Ruanda em um ataque à sua casa, em 7 de abril.

Os líderes Hutus pregavam abertamente a matança dos Tutsis e faziam dos meios de comunicação, como o rádio, ferramentas para instigarem o medo e comentarem o que iria ocorrer com os Tutsis e Hutus simpatizantes, que eram chamados de baratas, árvores altas e ervas daninhas (NOLLI; ARMADA, 2013, p. 703).

Inicialmente, os líderes do movimento de extermínio eram militares hutus com armas de fogo. Porém, logo começaram a organizar os civis hutus, com a distribuição de armas (especialmente facões), bloqueios de estradas, apelos radiofônicos, exortando-os a matarem as "baratas" e conclamando os tutsis a se abrigarem em igrejas e outros locais supostamente seguros, exatamente onde podiam ser mais facilmente encontrados e mortos (Figuras X e XI) (MENDONÇA, 2013, p. 313).



Figura X: Facões domésticos viraram armas de eliminação durante o genocídio.
Fonte: (BBC BRASIL, 2016).



Figura XI: Genocídio

Fonte: <<http://exame.abril.com.br/mundo/franca-realiza-segundo-julgamento-sobre-genocidio-ruandes/>>.

Estudos de Harzfeld (2005) a respeito da rotina de matança durante os cem dias de conflitos:

[...] os Hutus saíam de suas casas às 9h30min em busca de seus vizinhos, os quais eram considerados adversários perigosos, e vasculhavam dentro de casas e pântanos. Eles retornavam à suas residências perto das 16h, após passarem o dia inteiro decapitando Tutsis e Hutus moderados. Posteriormente, a um árduo e longo dia de labor, eles saíam para beber cerveja e se divertir com os demais Hutus extremistas (HATZFELD, 2005 apud NOLLI; ARMADA, 2013, p. 703).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da Resolução S/RES/929 (1994), autorizou uma força militar para estabelecer e manter uma "zona de segurança" no sudoeste de Ruanda, liderada pela França. Os primeiros contingentes da força de 2.550 soldados franceses e 500 tropas africanas entraram em Ruanda no dia seguinte. A força deixou o local em 21 de agosto, já que o mandato da operação havia expirado. A RPF imediatamente ocupou a região (EBC, 2014).

Segundo Nollie e Armada (2013), a comunidade internacional falhou com Ruanda, pois sabia o que estava ocorrendo. Eles tinham a completa noção de que um genocídio estava sendo preparado, que a milícia estava treinando para matar e que armas estavam sendo feitas e encomendadas de outros países apenas com o intuito de exterminar um determinado grupo devido a uma disputa antiga. Relatórios diários eram enviados para as Nações Unidas e para o Governo francês com as

informações sobre o avanço da situação política que estava ocorrendo em Ruanda, e mesmo sabendo de tudo, nada foi realizado para deter tal acontecimento.

Ao longo dos 100 dias seguintes um saldo oficial de 1.074.017 mortos que constituíam 13% da população total do país (ZOCCHI, 2012, p. 579) (Figura XII). Estima-se que 100 mil a 250 mil mulheres foram estupradas durante os três meses de genocídio (EBC, 2014).



Figura XII: Imagens do massacre
Fonte: <jcmonteiro.webnode.com.br>.

Conforme Nolli e Armada (2013, p. 704), Paul Rusesabagina, um tutsi que foi considerado um herói do genocídio por ter abrigado e salvo mais de 1.200 vidas em um hotel no qual trabalhava como gerente, afirmou em uma entrevista para a revista “Aventuras na História” que:

O pior erro que a ONU cometeu foi nos manter confiantes de que eles estavam lá, que iriam nos ajudar e que impediriam os assassinatos em massa. Por conta disso, muitas pessoas que saíram do país com medo do massacre acabaram voltando. Mas, quando 10 soldados belgas foram mortos no primeiro dia do genocídio, retiraram as tropas de paz de lá. Com isso, milhares de pessoas que se amontoaram em igrejas e escolas sob a proteção da ONU foram abandonadas à própria sorte. Aliás, nesses casos, a ONU até facilitou o trabalho dos assassinos, concentrando milhares de vítimas no mesmo local.

Nolli e Armada (2013) explica que, devido à grande quantidade de mortes, não era possível enterrar todos os corpos, portanto, estes ficavam jogados dentro de valas, escolas abandonadas e até mesmo em igrejas (Figuras XIII, XIV, XV e XVI).



Figura XIII - Corpo de uma tutsi sendo jogado numa vala comum.

Fonte: <<http://oaprendizverde.com.br/2014/04/13/horror-20-anos-do-genocidio-em-ruanda/>>.



Figura XIV: Corpos abandonados pelas ruas de Ruanda

Fonte: <http://www.cmjornal.pt/multimedia/fotogalerias/detalhe/imagens_marcantes_do_massacre_de_ruanda>.



Figura XV: Igrejas serviram de depósitos de corpos humanos oriundos do genocídio.

Fonte: <http://www.cmjornal.pt/multimedia/fotogalerias/detalhe/imagens_marcantes_do_massacre_de_ruanda>.



Figura XVI: Mortos no genocídio em Ruanda.

Fonte: <<http://www.ecuavisa.com/articulo/noticias/internacionales/57294-800000-personas-murieron-hace-20-anos-genocidio-ruanda>>.

Na Figura XVII, crânios de vítimas de massacre na província de Nyamata são exibidos em memorial na Igreja Ntarama, em fotografia de 27 e fevereiro de 2004. Cerca de 50 mil dos 59 tutsis que viviam na província foram mortos durante o genocídio de Ruanda, sendo dez mil deles na Igreja Ntarama(UOL NOTÍCIAS, 2014).

Na Figura XVIII, memorial do genocídio no Ruanda, com as ossadas as vítimas do massacre da Igreja de Nyarubuye, vila leste do país.



Figura XVII: Memorial às vítimas do genocídio.

Fonte: <noticias.uol.com.br/album/2014/04/06/genocidio-em-ruanda-completa-20-anos.htm>.



Figura XVIII: Memorial do genocídio no Ruanda.

Fonte: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/239484-9>>.

O genocídio teve seu término datado em julho de 1994 quando os Tutsis invadem e dominam a capital de Ruanda, Kigali. Desde então eles têm mantido o poder político em suas mãos e governado o país através do presidente Paul Kagame, um general Tutsi que em 1994 ajudou a tomar o poder dos Hutus na guerra civil, considerada o evento mais trágico do século 20 (NOLLI; ARMADA, 2013, p. 704).

III.5) Pós-genocídio

O genocídio ocorrido em Ruanda foi um dos piores acontecimentos na história da humanidade. A ONU e as comunidades internacionais demarcaram a história do país, numa atitude de falta de posicionamento e retirada das tropas militares.

III.5.1 Atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) nos conflitos

Os conflitos e guerras originados pelos mais diversos motivos, como território, religião, etnia, entre outros, sempre estiveram presentes na história da humanidade. Mas é preocupante se pensar que em pleno século XXI, e toda a tecnologia desenvolvida, muitos destes ainda existam. É o caso dos conflitos do narcotráfico pela América Latina, das questões separatistas na Europa, seja por religião, ou etnia, e os permanentes conflitos entre árabes e palestinos e as feridas nos diversos países africanos que costumam a sarar (GUERRA, 2012).

As Nações Unidas são o principal fórum para tratar de questões que transcendem as fronteiras nacionais e não podem ser resolvidas com ações isoladas de cada país. Para alcançar suas metas iniciais de salvaguardar a paz, proteger os direitos humanos, estabelecer o quadro para a justiça internacional e promover o progresso econômico e social, desde sua criação, em 1945, as Nações Unidas acrescentaram novos desafios, como as mudanças climáticas, o terrorismo internacional e a AIDS (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Segundo Teixeira (2011), em caso de conflitos, a ONU desempenha especial papel principalmente naqueles decorrentes da descolonização, limitando e controlando a explosão desenfreada de violência. Várias vezes a intermediação da ONU, suas forças de interposição, pacificação e manutenção da ordem - os chamados Capacetes Azuis - evitaram que tragédias se ampliassem.

Segundo Guerra (2012), na década de 1990 a ONU foi incapaz de solucionar os conflitos e de conter o genocídio e a limpeza étnica que ceifaram milhares de vidas na Somália, Bósnia e Ruanda. Tais acontecimentos levaram a Organização a aperfeiçoar suas missões de paz, tendo como foco principal a inserção dos direitos humanos nessas operações, nos respectivos mandatos e na própria estrutura organizacional. A respeito do cenário atual e a recente atuação da ONU, são 16 as operações de manutenção da paz em andamento, em quatro continentes – desdobradas em sua maioria na África. Essas missões absorvem 75% do orçamento

da Organização e atuam, na maior parte dos casos, em conflitos internos, e têm por mandato, dentre outras tarefas, a proteção e promoção dos direitos humanos.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, quase todos os países da África estavam sujeitos à dominação ou administração colonial. Com a criação da ONU, em 1945, e através de seus esforços massivos para a descolonização, a África se tornou independente. Atualmente, a União Africana possui 54 Países-Membros independentes (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Através de sua capacidade única como veículo mundial para a cooperação internacional, o Sistema da ONU desempenha um papel crucial na coordenação de todos os tipos de assistência – para ajudar a África a se ajudar. Desde a promoção do desenvolvimento de instituições democráticas, ao estabelecimento da paz entre nações em guerra, a ONU está presente no terreno apoiando o desenvolvimento econômico e social, bem como na promoção e na proteção dos direitos humanos (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Esta nova África autônoma enfrenta grandes desafios, que incluem a pobreza extrema, doenças, desertificação, desnutrição e a terrível situação em países tomados por conflitos regionais em curso. Tem sido uma batalha longa e árdua. E a comunidade internacional está lá para ajudar (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

III.5.2 Posicionamento da ONU frente ao genocídio em Ruanda

Considerada por alguns analistas uma omissão histórica, a falta de envolvimento da Comunidade Internacional e da Organização das Nações Unidas nos conflitos que culminaram no genocídio ocorrido em Ruanda, no ano de 1994, tornou-se um marco na mudança de comportamento da ONU frente à iminência de casos de violência contra civis (CARVALHO, 2011).

Estudos de Sanchez (2014) revelam que, quando genocídio efetivamente começou, as lideranças políticas foram também avisadas. Mesmo assim, a ONU não aprovou uma intervenção militar e ao invés disso, diminuiu o número das forças de paz, demonstrados a seguir:

- Ruanda não despertava o mesmo interesse nas grandes potências que a Bósnia, em guerra na época. "A Bósnia, por se tratar de uma região que é importante para a Europa, teve muito mais preocupação das grandes potências do que Ruanda, um país pequeno no centro da África, que não tem nenhum recurso mineral, nenhum interesse econômico, não é nem zona de influência."

- Fracasso de uma intervenção militar americana pouco tempo antes na Somália. Houve uma tentativa de intervenção na Somália, mas entraram no país sem um conhecimento profundo do que iria acontecer, certos de que aquilo ia durar três meses, e que iriam sair de lá com uma vitória completa. Ao fazer uma operação no centro da capital, um dos helicópteros caiu. O episódio foi televisionado e a comunidade americana ficou chocada, culpando o fato ao ex-presidente Bill Clinton. Logo depois disso ficou decidido que a ONU interviria se houvesse extremo interesse; pois, a vida de um soldado americano é muito mais importante do que ficar fazendo missão de paz só pela questão de direitos humanos, o que não é relevante.
- Outro fator foi uma completa falta de entendimento de que o genocídio era um ataque planejado aos tutsis (e hutus moderados) com um objetivo político claro (a manutenção do poder). Em vez de mostrar essa realidade, a imprensa reportou que o conflito era 'tribal' com 'raízes de ódio'. Ao despolitizar o conflito, a mídia deu a impressão de que era um confronto que não poderia ser resolvido, o que era incorreto.

O genocídio ocorrido em Ruanda foi um dos piores acontecimentos na história da humanidade. Após o término desse massacre horrendo, a ONU, depois de praticamente nada ter feito, instala em Arusha, na Tanzânia, um Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR). Esse tribunal foi criado com o intuito de julgar todo e qualquer responsável pelo genocídio, assim como demais atos graves de violação dos direitos internacionais humanitários cometidos no território ruandês e também em Estados vizinhos, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 1994 (NOLLI; ARMADA, 2013, p. 704).

O TCIR supervisionou a primeira condenação por genocídio, no dia 2 de outubro de 1998, quando aquele tribunal julgou e condenou Jean-Paul Akayesu, responsável pelo assassinato de 800 mil Tutsis na cidade de Tabva, sob sua administração, pela prática de genocídio (USHMM, 2016).

Segundo Batista (2015), a criação do TCIR não foi suficiente, pois os custos eram altos e os processos muito burocráticos e lentos. Além disso, o tribunal, estabelecido na cidade de Arusha, na Tanzânia causava dificuldades para testemunhas ou pessoas que quisessem acompanhar os julgamentos.

Dessa forma, segundo BBB BRASIL (2016), o governo persistiu em buscar uma política de unidade e reconciliação, criando uma implementação de uma forma de justiça baseada na cultura local, a Gacaca, que permitiu que presos fossem libertados e julgados em tribunais regionais após confessarem seus crimes e pedir

perdão. Foi a forma de lidar com as centenas de milhares de acusados de cometerem crimes durante aquele período de sua história.

As Gacacas começaram em 2005 e julgaram quase 2 milhões de casos até seu encerramento, em 2012. O legado foi de sentimentos contraditórios: muitos tribunais resultaram em resultados injustos, as vítimas não receberam indenização do Estado e não se resolveu completamente a desconfiança entre tutsis e hutus. Mas as Gacacas também foram uma importante ferramenta que ajudou a Corte a analisar os milhares de casos, deu a oportunidade aos sobreviventes de saber o que aconteceu com seus parentes e ajudou alguns a conseguir continuar a vida de forma pacífica com os vizinhos hutus (SANCHEZ, 2014).

III.5.3) Pós-conflito e suas consequências para o país

Segundo Mendonça (2013), depois do genocídio, os problemas de Ruanda eram desesperadores: um país paupérrimo, sem grandes riquezas naturais, superpovoado (apesar do morticínio), com milhares de órfãos, mutilados e retornados sem qualquer perspectiva, e uma economia baseada quase que exclusivamente na agricultura, cuja estrutura só acentuava as dificuldades, uma vez que o parcelamento excessivo da terra impedia a adoção de quaisquer medidas para o aumento da produtividade.

De acordo com Batista (2015), nas últimas décadas, os ruandeses percorreram um longo caminho de reconciliação. Uma das primeiras medidas do novo governo foi retirar a indicação de etnia dos documentos de identidade. A partir daquele momento, todos os habitantes do país eram ruandeses, e não mais hutus ou tutsis. Com o fim do genocídio, o novo governo de Ruanda, em transição, deparou-se com vários desafios, como socorrer as vítimas, enterrar os mortos, prender e punir os culpados. Além disso, foi necessário reconstruir o país, reestruturar as áreas políticas, sociais e econômicas, e pôr fim à cultura de impunidade a fim de promover a reconciliação, restabelecer a paz e prevenir que outros conflitos étnicos acontecessem no futuro.

O povo de Ruanda teme um novo ataque, um novo genocídio, caso o governo, a ONU e demais países e órgãos internacionais pacificadores não tomem alguma decisão sobre a violência que ainda continua rondando os ruandeses. Paul Rusesabagina afirma, citado por Nolli e Armada (2013), que se o governo não mudar

suas políticas, se nada for feito para que haja justiça em Ruanda e se os líderes do genocídio não forem punidos, outro massacre acontecerá.

O legado do genocídio está presente em quase todos os setores da sociedade ruandense: entre os sobreviventes, no governo, entre os criminosos e os refugiados que retornaram àquele país após 1994. Além do trauma recorrente sofrido por muitos, os sobreviventes do genocídio enfrentam diversas outras dificuldades. Muitos são extremamente pobres e sofrem de problemas de saúde complexos, tais como infecção pelo vírus do HIV/AIDS, resultado direto da violência cometida contra eles durante os ataques genocidas. Muitos dos sobreviventes ainda são ameaçados com atos de violência, sendo atacados ou mortos por antigos perpetradores do genocídio e, para muitos da minoria Tutsi o sentimento de medo permanece. Reconstruir suas vidas, lado a lado a pessoas responsáveis pelo assassinato e estupro de seu povo, é uma realidade difícil de ser enfrentada por todos os sobreviventes em Ruanda (USHMM, 2016).

Twahirwa (2014) aponta que quase 90% dos ruandeses dependem da agricultura para sobreviver e o governo adotou uma série de reformas para garantir o apoio às famílias pobres e aos sobreviventes do genocídio. Entre essas reformas, foi criado um Fundo Governamental de Assistência para Sobreviventes do Genocídio, que disponibilizou, em 1998, com orçamento total de US\$ 117 milhões para a educação, com programas de cuidados com a saúde e moradia para sobreviventes do genocídio em situação de vulnerabilidade.

Segundo BBB Brasil (2016), o líder da RPF e presidente de Ruanda, Paul Kagame promoveu um rápido crescimento econômico do pequeno país, e tentou transformar Ruanda em um centro tecnológico. Entretanto, seus críticos dizem que ele não tolera dissidência e que vários adversários foram encontrados inexplicavelmente mortos. Apesar de quase dois milhões de pessoas terem sido julgadas em tribunais locais por seu papel no genocídio e os líderes do massacre, acredita-se que o governo impede uma verdadeira reconciliação e apenas coloca uma tampa sobre as tensões, que vão acabar fervendo de novo no futuro.

O governo também deu mais poder às mulheres através de reformas no sistema legal, promovendo uma maior participação da população feminina no governo, inserindo-as no crescimento da economia e nos projetos de estabilidade política, além de haver promulgado uma nova Constituição. O poder, no entanto, permanece concentrado nas mãos de ex-líderes da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), liderada pelos Tutsis, e a liberdade de expressão é limitada (USHMM, 2016).

III.5.4) Reconstrução de Ruanda 23 anos pós-genocídio

Segundo as Nações Unidas do Brasil (2016), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado em 1950 para proteger e prestar assistência às vítimas de perseguição e violação generalizada dos direitos humanos. Desde então, ajudou mais de 50 milhões de pessoas a encontrar um novo lar e reconstruir suas vidas. Atualmente, cerca de 43 milhões de pessoas estão sob seu mandato, entre solicitantes de asilo, refugiados, apátridas, deslocados internos e repatriados.

Durante o final da década de 1990, confrontos armados e genocídios provocaram a fuga de mais de 3,5 milhões de pessoas de Ruanda. A maioria retornou ao país mais tarde, mas muitos ainda vivem nas nações que os acolheram, como a República Democrática do Congo, onde se estima que vivam cerca de 250 mil ruandeses. Em outubro de 2015 o ACNUR estabeleceu um acordo com Ruanda, a União Africana e mais 11 nações do continente para regulamentar a situação dos refugiados ruandeses que fugiram do país entre 1959 e 1998 (Figura XIX) (NAÇÕES UNIDAS, 2016).



Figura XIX: Novo acordo prevê que, até dezembro de 2016, deverá ser normalizada a situação dos ruandeses refugiados que desejarem o repatriamento.

Fonte: <<https://nacoesunidas.org/ruanda-uma-das-maiores-cries-de-refugiados-do-mundo-tem-data-para-acabar-afirma-acnur/>>.

As negociações definiram prazos para a regularização das populações deslocadas que desejam retornar à nação de origem ou permanecer no local onde

foram acolhidas. O acordo prevê o fim do estatuto de refugiado para os ruandeses que não precisarem mais de proteção internacional. Até dezembro de 2016, deverá ser normalizada a situação dos deslocados que desejarem o repatriamento. Para os que quiserem ficar no país de asilo, serão buscadas alternativas legais até o final de 2017 (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

IV) RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor entendimento dos resultados, foi elaborado um quadro que reúne os periódicos mais relevantes que abordam os acontecimentos históricos do genocídio de 1994 em Ruanda, e as consequências geográficas para o país.

Quadro 1: Apresentação dos principais periódicos sobre o genocídio em Ruanda, no ano de 1994.

Autor (es)	Ano de publicação	Local de Publicação	Título	Objetivos	Ideia Central
Souza, Mendes e Vieira Filho	2010	Revista Âmbito Jurídico	Genocídio em Ruanda: uma análise da intervenção humanitária à luz do Direito Internacional.	Discorrer sobre o contexto em que se deu a intervenção humanitária em Ruanda, na década dos anos 90 do século XX.	Analisar a falta de interesse e posicionamento por parte dos Estados e organizações internacionais.
Guerra	2012	Agência Universitária de Notícias da Universidade São Paulo – AUN – USP	Pesquisa analisa a atuação da ONU em defesa da paz.	Analisar como a ONU atua na missão em defesa da paz	Avaliar o seu impacto no planejamento e na execução das atuais operações, no que diz respeito à sua capacitação para a promoção e a proteção dos direitos humanos em áreas de conflito.
Mendonça	2013	Brazilian Journal of International Relations	O Genocídio em Ruanda e a inércia da Comunidade Internacional.	Analisar os motivos que levaram a maioria hutu da população de Ruanda a decidir exterminar seus conterrâneos tutsis; Entender por que a comunidade internacional não interveio no massacre; Mostrar como foi possível a reconstrução de um país dilacerado.	Demonstrar os fatores que levaram ao genocídio em Ruanda e a inércia da comunidade internacional para impedir o massacre.

Autor (es)	Ano de publicação	Local de Publicação	Título	Objetivos	Ideia Central
Nolli e Armada	2013	Revista Eletrônica de Iniciação Científica	A guerra civil em Ruanda e a atuação da ONU.	Analisar a atuação da ONU e, também, o posicionamento apresentado por esse organismo internacional pós genocídio.	Demonstrar que a inércia do organismo internacional pode ter contribuído para a dimensão da tragédia.
Maggie	2014	G1 Globo.com	Vinte anos do genocídio de Ruanda: para não esquecer.	Demonstrar que o genocídio não foi produto do primitivismo entre as etnias.	Mostrar que a barbárie foi cuidadosamente estruturada, desde o período de colonização
Batista	2015	Universidade Brasília	Ruanda: os avanços na promoção da igualdade de gênero e a ascensão das mulheres na política no pós-genocídio.	Analisar os avanços da promoção da igualdade de gênero em Ruanda no pós-genocídio, com ênfase na rápida ascensão das mulheres nas esferas políticas do país.	Mostrar a trajetória e o papel da mulher na sociedade ruandesa antes, durante e após o genocídio.
Nações Unidas do Brasil.	2016	Unic - Rio	A ONU e a África	Demonstrar como a ONU está presente apoiando o desenvolvimento econômico e social, bem como na promoção e na proteção dos direitos humanos	Analisar como a ONU trabalha em estreita colaboração com os mecanismos regionais de cooperação da África e mantém sete operações de paz ativas.

Conforme apresentado no Quadro 1, foram destacadas sete leituras, entre artigos científicos e periódicos eletrônicos, considerados relevantes para o estudo do tema proposto, e que sustentam as premissas deste estudo. A revisão de literatura e a seleção desses materiais remetem a avaliar os fatos sobre o genocídio ocorrido em 1994, em Ruanda, na África.

Dessa forma, os resumos abrangem materiais históricos que foram selecionados, atendendo as seguintes informações: autor (es), ano, local da publicação, título, objetivos e ideia central do trabalho.

Em seguida, avaliou-se o assunto de cada material, reunindo tópicos sobre a história de Ruanda, desde o surgimento das primeiras tribos locais, processo de colonização, até o desfecho do genocídio da população ruandesa.

Pelo apresentado, observa-se que o objetivo dos autores foi retratar os fatos correlacionados ao grande massacre que vitimou quase um milhão de tutsis em Ruanda, demonstrando que não foi apenas uma rivalidade local que desencadeou tamanho morticínio, mas sim, por fatores socioeconômicos advindos já do período de colonização.

Ainda pela literatura apresentada, pode-se avaliar que as forças da comunidade internacional e as intervenções humanitárias da ONU estiveram omissas durante o genocídio, e o país precisou passar por um longo período de reconstrução. Entretanto, as gerações futuras ainda sofrerão com a negligência desses órgãos de defesa humanitária, até que todos os responsáveis sejam punidos e a população de hutus e tutsis possa conviver pacificamente.

V) CONSIDERAÇÕES FINAIS

A término deste estudo considera-se que o genocídio em Ruanda foi um conflito desencadeado por muitos problemas estruturais internos, e não simplesmente como uma rivalidade entre as tribos locais, e que tal fato, teve e terá uma repercussão grande nas próximas gerações ruandesas.

As guerras civis, além de acarretarem sérios problemas com a própria população local, envolvem outras regiões próximas ao conflito, alterando as paisagens e deslocamentos populacionais. Conforme visto neste estudo, houve questões políticas envolvidas, onde as intervenções humanitárias da ONU e a comunidade internacional estiveram afastadas, culminando ao massacre de quase um milhão de vidas; vidas estas que poderiam ter sido poupadas, com a ajuda da intervenção militar.

A reestruturação de Ruanda, ao que foi apresentado, apesar de ter sido um longo período foi mais rápido do que se imaginava, onde a própria comunidade internacional assumiu a culpa da evasão as tropas militares, oferecendo ajuda para a reconstrução do país. Entretanto os vestígios do genocídio não poderão ser apagados tão facilmente da história do país. A razão foi que a população foi dizimada em larga escala, e ainda mais de 700 mil pessoas ainda permanecem refugiadas nos países que fazem fronteiras com Ruanda, ocasionando sérios problemas para os governos que não conseguem garantir segurança e ajuda humanitária a essa população. Teme-se que a qualquer momento, possa eclodir nova onda de massacres, já que muitos responsáveis pelo genocídio não foram julgados e condenados, convivendo pacificamente entre si, o que gera desconfiança, medo e revoltas.

Esse retrato de descaso humano frente às destruições que estavam por vir, e, que certamente devastariam grande parcela da população local, merece atenção por parte das organizações humanitárias a fim e preservar a história do país e garantir paz e segurança às próximas gerações ruandesas.

VI) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. 2007. Disponível em: <<http://www1.eeg.uminho.pt/economia/caac/pagina%20pessoal/Disciplinas/disciplinas%202009/ecp/ECP%202009/TRABALHOS/bibliografia.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10 ed., São Paulo: Atlas, 2010.

BATISTA, Suenia Lagares. **Ruanda: os avanços na promoção da igualdade de gênero e a ascensão das mulheres na política no pós-genocídio**. Artigo (Especialização em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, mar. 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11380/1/2015_SueniaLagaresBatista.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. In: JEFREMOVAS, Villia. **Socioeconomic conditions, not ethnic hatred, led to the genocide**. The Rwanda Genocide: At Issue in History. Ed. Christina Fisanick. Chicago: Greenhaven Press, 2004, p.29-39.

BBC BRASIL. **Entenda o genocídio de Ruanda de 1994: 800 mil mortes em cem dias**. abr. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Lembranças do genocídio em Ruanda. **Dia de visitas**. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/especial/938_rwanda/page4.shtml>. Acesso em: 14 out. 2016.

CARVALHO, Igor. **Ruanda é marco para mudança na ONU**. Portal PUC-Rio Digital. 2011. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Mundo/Ruanda-e-marco-para-mudanca-na-ONU-9040.html#.V2Nde7srLIU>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

CEAUP. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. **Ruanda 15 anos depois: do genocídio à adolescência democrática**. 2009. Disponível em: <<http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=g&n=221>>. Acesso em: 17 out. 2016.

EBC. Empresa Brasileira de Comunicação S/A. **A revolta hutu**. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/04/saiba-mais-sobre-o-massacre-em-ruanda-de-1994>>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. **Saiba mais sobre o massacre em Ruanda de 1994**. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/04/saiba-mais-sobre-o-massacre-em-ruanda-de-1994>>. Acesso em: 16 out. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

34

GUERRA, Luisa. **Pesquisa analisa a atuação da ONU em defesa da paz**. Agência Universitária de Notícia da Universidade de São Paulo – AUN – USP, ano 45, edição 103, out. 2012. Disponível em: <<http://www.usp.br/aun/exibir.php?id=4818>>. Acesso em: 16 out. 2016.

FREELAND, Steven. Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: enfrentando os crimes ambientais. **SUR - Revista internacional de Direitos Humanos**, ano 2, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a06v2n2.pdf>>. Acesso em 13 out. 2016.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-los de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUNARDON, Jonas Araújo. **Conflitos armados contemporâneos na África Negra e suas causas ambientais**. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28369/000770754.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 set. 2016.

MAGGIE, Yvonne. **Vinte anos do genocídio de Ruanda: para não esquecer**. Globo.com., abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/blog/yvonne-maggie/post/vinte-anos-do-genocidio-de-ruanda-para-nao-esquecer.html>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. O Genocídio em Ruanda e a inércia da Comunidade Internacional. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 2, n. 2, p. 300-328, mai./ago., 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/viewFile/3194/2501>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

MOREIRA, Nilson da Silva. Questões geográficas contemporâneas ainda sobre o genocídio em Ruanda: resumo. **REGN – Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/13902964-Questoes-geograficas-contemporaneas-ainda-sobre-o-genocidio-em-ruanda-resumo.html>>. Acesso em: 16 out. 2016.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **A ONU e a África**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/africa/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Ruanda: uma das maiores crises de refugiados do mundo tem data para acabar, afirma ACNUR**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/ruanda-uma-das-maiores-criSES-de-refugiados-do-mundo-tem-data-para-acabar-afirma-acnur/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

NOLLI, Elisa Cristina; ARMADA, Charles Alexandre Souza. A guerra civil em Ruanda e a atuação da ONU. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.1, p. 699-708, 1º Trimestre de 2013. Disponível em: <<http://www.univali.br/ensino/graduacao/cejurps/cursos/direito/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica->

ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/40/arquivo_040.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2016.

35

_____. In: HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facções: relatos do genocídio em Ruanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PINTO, Teresa Nogueira. Ruanda: entre a segurança e a liberdade. **Relações Internacionais**, v. 32, p. 45-57, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n32/n32a04.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

RODRIGUES, Simone Martins. **Segurança internacional e direitos humanos: a prática da intervenção humanitária no pós-Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

SANCHEZ, Giovana. **Sob a sombra da repressão, Ruanda se reconstrói 20 anos após genocídio**. G1 Mundo - Globo.com, abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/sob-sombra-da-repressao-ruanda-se-reconstrui-20-anos-apos-genocidio.html>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SANTORO, Maurício. Genocídio: a retórica americana em questão. Resenha. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, jul./dez., 2005, p. 493-501. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v27n2/v27n2a07.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: FIGUEIREDO, N. M. A. Método e metodologia na pesquisa científica. 2. ed., São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**. Ano 1, nº 1, jul. 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

SOUZA, Mércia Cardoso de.; MENDES, Gabriela Flávia Ribeiro; VIEIRA FILHO, José Maurício. Genocídio em Ruanda: uma análise da intervenção humanitária à luz do Direito Internacional. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano XIII, n. 79, ago. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8186&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 21 out. 2016.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. O papel da ONU. **Carta Maior**, jan. 2005. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/O-papel-da-ONU/19312>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

WAHIRWA, Aimable. **Vinte anos após o genocídio, Ruanda impulsiona economia com reconciliação**. IPS – Inter Press Service. Agência de Notícias. 2014. Disponível em: <<http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2014/03/ultimas-noticias/vinte-anos-apos-o-genocidio-ruanda-impulsiona-economia-com-reconciliacao/>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

UOL NOTÍCIAS. Genocídio em Ruanda completa 20 anos. Banco de Imagens. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/album/2014/04/06/genocidio-em-ruanda-completa-20-anos.htm#fotoNav=22>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

USHMM. *United States Holocaust Memorial Museum. O que é genocídio?*

36

Washington, DC, 2016. Disponível em:

<<https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007043>>. Acesso em: 13 out. 2016.

VERGNE, C. M.; VILHENA, J.; ZAMORA, M. H.; ROSA, C. M. A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas no Brasil. 2015. In: ONU. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre a Prevenção e Repressão do Genocídio. Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos. Paris: 1948. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p.516-528. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n3/1807-0310-psoc-27-03-00516.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

ZOCCHI, Paulo. **Ruanda**. Almanaque Abril 2012. 2ed. São Paulo: Editora Abril, 2012. p. 579.